

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	68.598.861
Preferenciais	0
Total	68.598.861
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	20/01/2014	Juros sobre Capital Próprio	20/01/2014	Ordinária		0,02089

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	866.336	533.159
1.01	Ativo Circulante	439.357	99.087
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	401.920	47.060
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.500	19.626
1.01.03	Contas a Receber	31.559	31.665
1.01.03.01	Clientes	19.005	21.781
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.554	9.884
1.01.03.02.01	Contas a receber - partes relacionadas	15	16
1.01.03.02.02	Empréstimos a partes relacionadas	12.510	9.840
1.01.03.02.03	Outros créditos	29	28
1.01.07	Despesas Antecipadas	378	736
1.02	Ativo Não Circulante	426.979	434.072
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	182.371	180.846
1.02.01.06	Tributos Diferidos	31.732	31.263
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.732	31.263
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	6	8
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	150.419	149.361
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	150.419	149.361
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	214	214
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	214	214
1.02.03	Imobilizado	1.003	1.075
1.02.04	Intangível	243.605	252.151

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	866.336	533.159
2.01	Passivo Circulante	136.386	140.179
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.633	2.522
2.01.02	Fornecedores	3.605	5.239
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.605	5.239
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.220	3.803
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	1.385	1.436
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.894	18.979
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	72.650	79.201
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	2.463
2.01.04.02	Debêntures	72.650	76.738
2.01.05	Outras Obrigações	14.327	13.817
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	981	1.142
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	215	270
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	766	872
2.01.05.02	Outros	13.346	12.675
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.534	1.218
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	11.584	11.264
2.01.05.02.07	Contas a Pagar	228	193
2.01.06	Provisões	26.277	20.421
2.01.06.02	Outras Provisões	26.277	20.421
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	26.277	20.421
2.02	Passivo Não Circulante	554.450	245.942
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	478.490	166.242
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.013
2.02.01.02	Debêntures	478.490	165.229
2.02.02	Outras Obrigações	32.490	33.979
2.02.02.02	Outros	32.490	33.979
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	32.421	33.910
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	69	69
2.02.04	Provisões	43.470	45.721
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.261	1.277
2.02.04.02	Outras Provisões	42.209	44.444
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	42.209	44.444
2.03	Patrimônio Líquido	175.500	147.038
2.03.01	Capital Social Realizado	70.839	70.839
2.03.04	Reservas de Lucros	104.661	76.199
2.03.04.01	Reserva Legal	14.168	14.168
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	90.493	62.031

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	81.360	72.856
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-27.544	-27.892
3.03	Resultado Bruto	53.816	44.964
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.102	-2.866
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.096	-2.860
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.096	-2.678
3.04.02.02	Remuneração da administração	0	-182
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6	-6
3.04.05.01	Tributárias	-6	-6
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.714	42.098
3.06	Resultado Financeiro	-6.717	-7.713
3.06.01	Receitas Financeiras	6.247	3.854
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.964	-11.567
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.997	34.385
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.731	-11.218
3.08.01	Corrente	-15.200	-12.002
3.08.02	Diferido	469	784
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.266	23.167
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.266	23.167
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,44120	0,34810
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,44120	0,34810

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	30.266	23.167
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.266	23.167

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.077	39.460
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.271	43.827
6.01.01.01	Lucro líquido do período	30.266	23.167
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	9.618	9.047
6.01.01.03	Baixas de ativos imobilizados e intangíveis	1	1
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-469	-784
6.01.01.05	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	1.552	1.003
6.01.01.06	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-560	-373
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	35	100
6.01.01.08	Juros e variações monetária de debêntures	7.596	9.159
6.01.01.09	Despesas (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	856	779
6.01.01.10	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-3	32
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	2.765	2.925
6.01.01.12	Receitas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	-4.385	-1.229
6.01.01.13	Outras	-1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-194	-4.367
6.01.02.01	Contas a receber	2.776	-625
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	1	17
6.01.02.03	Despesas antecipadas	360	390
6.01.02.04	Impostos a recuperar	750	61
6.01.02.05	Outros créditos e depósitos judiciais	-1	-28
6.01.02.06	Fornecedores	-1.638	-2.003
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-161	-669
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-51	-327
6.01.02.09	Obrigações sociais	111	353
6.01.02.10	Obrigações fiscais	13.414	10.792
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-15.769	-12.262
6.01.02.12	Outras contas a pagar	35	-40
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-13	-26
6.01.02.14	Credores pela concessão	-8	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	13.648	2.329
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-73	-157
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-872	-234
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	-17.335	-28.527
6.02.04	Valor resgatado das aplicações financeiras vinculadas	31.928	31.247
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	294.135	-35.679
6.03.02	Empréstimos - pagamentos de principal	-3.455	-585
6.03.03	Empréstimos - pagamentos de juros	-56	-126
6.03.04	Debêntures - captações	400.527	0
6.03.05	Debêntures - pagamentos de principal	-84.168	-16.830
6.03.06	Debêntures - pagamentos de juros	-14.782	-14.417
6.03.07	Pagamentos de credores pela concessão	-2.713	-2.553
6.03.09	Pagamento de juros sobre o capital próprio	-1.218	-1.168
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	354.860	6.110

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	47.060	141.429
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	401.920	147.539

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	70.839	0	76.199	0	0	147.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.804	0	-1.804
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.804	0	-1.804
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.266	0	30.266
5.07	Saldos Finais	70.839	0	76.199	28.462	0	175.500

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.718	0	51.758	0	0	120.476
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.479	0	-1.479
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.479	0	-1.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.167	0	23.167
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.167	0	23.167
5.07	Saldos Finais	68.718	0	51.758	21.688	0	142.164

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	89.002	79.751
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	87.179	78.833
7.01.02	Outras Receitas	1.823	918
7.01.02.01	Receita de serviços de construção	1.000	317
7.01.02.02	Receitas acessórias	823	601
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.928	-18.294
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-5.711	-5.953
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.130	-935
7.02.04	Outros	-10.087	-11.406
7.02.04.01	Custo da concessão	-2.873	-3.387
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-1.000	-317
7.02.04.03	Custos de provisão para manutenção em rodovias	-5.784	-7.138
7.02.04.04	Outros	-430	-564
7.03	Valor Adicionado Bruto	72.074	61.457
7.04	Retenções	-9.618	-9.047
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.618	-9.047
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	62.456	52.410
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.247	3.854
7.06.02	Receitas Financeiras	6.247	3.854
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	68.703	56.264
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	68.703	56.264
7.08.01	Pessoal	3.611	3.360
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.634	2.378
7.08.01.02	Benefícios	790	800
7.08.01.03	F.G.T.S.	187	182
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.065	18.797
7.08.02.01	Federais	18.559	14.717
7.08.02.02	Estaduais	112	115
7.08.02.03	Municipais	4.394	3.965
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.761	10.940
7.08.03.01	Juros	10.230	9.583
7.08.03.02	Aluguéis	349	372
7.08.03.03	Outras	1.182	985
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.266	23.167
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.804	1.479
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.462	21.688

Comentário do Desempenho



Itirapina, 7 de maio de 2014 - A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2014 (1T14), período encerrado em 31 de março de 2014. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- O volume do tráfego pedagiado foi de 14.182 mil veículos equivalentes no 1T14, em comparação ao 1T13 que foi de 12.768 mil veículos equivalentes, apresentou crescimento de 11,1%. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, incremento do tráfego comercial relacionado ao início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- No 1T14 a Centrovias obteve uma receita bruta de pedágio de R\$87,2 milhões contra R\$78,8 milhões no 1T13, apresentando um crescimento de 10,6%. Essa evolução justifica-se principalmente pelo crescimento do tráfego pedagiado e incremento do tráfego equivalente devido ao início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013. Podemos observar também um aumento de 215,5% na rubrica receitas de obras comparando o 1T14 ante ao 1T13, cujo valor tem custos em igual montante na rubrica "custo dos serviços de construção", tal aumento deve-se basicamente pela aquisição de defensas metálicas constantes no P.R.A. (Programa de Redução de Acidentes).
- A receita operacional líquida totalizou R\$81,4 milhões no 1T14, impactando no crescimento de 11,7% ante ao 1T13 que foi de R\$72,9 milhões.

Custos e Despesas

- No 1T14, os custos e despesas operacionais totais (excluído depreciação e amortização) somaram R\$20,0 milhões, apresentando decréscimo de 7,8% ante ao 1T13. Desconsiderando a rubrica "custos dos serv.construção", que possui efeito nulo no resultado em atendimento as normas contábeis conforme ICPC01, observa-se queda de 11,1% do 1T14 ante ao 1T13, essa variação se deve principalmente à: (i) redução dos custos com poder concedente devido à alteração do percentual de recolhimento de 3,0% para 1,5% da receita bruta mensal por tempo indeterminado, a redução do índice ocorreu como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13; (ii) queda dos custos de provisão para manutenção de rodovias que foram provisionados em razão da expectativa de

Comentário do Desempenho



manutenção, segundo o contrato de concessão, reavaliação dos critérios de provisão para manutenção nos itens de dispositivos de segurança, sistemas de arrecadação e de tráfego, com a alteração esses itens passaram a ser classificados como intangível e não mais provisionados e redução de revitalizações de pavimentos e (iii) suspensão do desconto de 50% de manutenção mensal do usuário do sistema de pagamento eletrônico de pedágio. Em contrapartida, (i) crescimento das despesas com conservação das rodovias em função do aumento de gastos com plantio e roçadas de grama para adequações solicitadas em vistorias nas rodovias SP 225 e SP 310 pelas Artesp e (ii) aumento dos custos com pessoal devido a adequações salariais e antecipação de 5% referente ao acordo coletivo em março de 2014, no ano anterior o acordo foi liberado em maio e não houve antecipação.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA do trimestre foi de R\$61,3 milhões, apresentando um acréscimo de 19,9% ante ao 1T13, reflexo do crescimento do tráfego pedagiado e pelo início da cobrança de eixos suspensos a partir de 28 de julho de 2013 na receita da Companhia. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA apresenta acréscimo de 15,2%.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou um resultado negativo de R\$6,7 milhões no 1T14, sendo 12,9% menor que o resultado negativo de R\$7,7 milhões registrado no 1T13. Esta redução no resultado financeiro líquido está diretamente relacionado ao aumento das receitas financeiras em 62,1% decorrente da contratação de um novo mútuo com a arteris no valor de R\$ 83 milhões realizado em abril e junho de 2013, aumento no índice CDI de correção dos contratos e diminuição das receitas de aplicações financeiras decorrentes de resgates de recursos para liquidação de compromissos da Companhia. As despesas financeiras registraram aumento de 12,1% devido a entrada de recursos da 2ª emissão das debêntures, despesas com a quitação da 1ª série das debêntures e aumento no índice IGP-M de atualização do ônus.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro líquido de R\$30,3 milhões, representando um aumento de 30,6% ante ao 1T13. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) início da cobrança de eixos suspensos; (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados e (iii) redução nos custos e despesas operacionais.

Endividamento

- A Centrovias encerrou o primeiro trimestre de 2014 com um endividamento bruto de R\$551,1 milhões contra R\$283,0 milhões no trimestre anterior. O aumento de 94,7% deve-se principalmente a entrada de recursos da 2ª emissão de debêntures. Em contrapartida, houve resgate antecipado total da 1ª série das debêntures.

Investimentos

- Durante o 1T14 foram desembolsados R\$5,8 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destaca-

Comentário do Desempenho



se a 3ª intervenção de pavimento na SP 310 e SP 225, implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança nas rodovias SP 225 e SP 310.

- As obras de manutenção e conservação das rodovias somaram R\$4,9 milhões no 1T14, representando 84,5% do montante total desembolsado.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 - TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	14.182.211	15.232.068	12.767.760	-6,9%	11,1%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	89.002	96.299	79.751	-7,6%	11,6%
Receitas de pedágio	87.179	93.990	78.833	-7,2%	10,6%
Receitas de obras	1.000	1.616	317	-38,1%	215,5%
Receitas acessórias	823	693	601	18,8%	36,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.642)	(8.215)	(6.895)	-7,0%	10,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	81.360	88.084	72.856	-7,6%	11,7%
CUSTOS E DESPESAS	(20.028)	(24.193)	(21.711)	-17,2%	-7,8%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.215)	(12.363)	(11.501)	-9,3%	-2,5%
Custo dos serv. de construção	(1.000)	(1.616)	(317)	-38,1%	215,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.023)	(2.312)	(2.567)	-12,5%	-21,2%
Remuneração da administração	-	-	(182)	-	-
Despesas tributárias	(6)	(1)	(6)	500,0%	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	(5.784)	(7.901)	(7.138)	-26,8%	-19,0%
EBITDA	61.332	63.891	51.145	-4,0%	19,9%
Margem EBITDA	75,4%	72,5%	70,2%		
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(9.618)	(10.543)	(9.047)	-8,8%	6,3%
Depreciação de imobilizado	(73)	(77)	(106)	-5,2%	-31,1%
Amortização do intangível	(9.545)	(10.466)	(8.941)	-8,8%	6,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(6.717)	(6.145)	(7.713)	9,3%	-12,9%
Receitas financeiras	6.247	5.405	3.854	15,6%	62,1%
Despesas financeiras	(12.964)	(11.550)	(11.567)	12,2%	12,1%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	44.997	47.203	34.385	-4,7%	30,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.731)	(15.522)	(11.218)	-5,1%	31,3%
Corrente	(15.200)	(17.120)	(12.002)	-11,2%	26,6%
Diferido	469	1.598	784	-70,7%	-40,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	30.266	31.681	23.167	-4,5%	30,6%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T14	4T13	1T13	Var% 1T14/4T13	Var% 1T14/1T13
EBITDA ¹	61.332	63.891	51.145	-4,0%	19,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	5.784	7.901	7.138	-26,8%	-19,0%
EBITDA Ajustado ²	67.116	71.792	58.283	-6,5%	15,2%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Comentário do Desempenho



A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações").

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 09 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituída pela Rodovia SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findo em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 07 de maio de 2014.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2014 não ocorreram mudanças no Contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2013, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2014, os montantes de R\$16.667 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$167.739 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2014 poderão ser alterados em razão

Notas Explicativas

de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demais informações relativas às: bases de mensuração; moeda funcional; e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	27.193	21.276
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>26.277</u>	<u>20.421</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(916)</u>	<u>(855)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	11.885	11.555
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>11.584</u>	<u>11.264</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(301)</u>	<u>(291)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	47.824	50.466
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>42.209</u>	<u>44.444</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(5.615)</u>	<u>(6.022)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	36.814	38.734
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>32.421</u>	<u>33.910</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.393)</u>	<u>(4.824)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do período.

Notas Explicativas

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os novos pronunciamentos contábeis do IASB, publicados e revisados no período anual iniciado em 1º de janeiro de 2014 foram implantados pela Sociedade, quando aplicável, em suas informações trimestrais de 31 de março de 2014, e não apresentam efeitos relevantes que requeiram reapresentação de saldos anteriores.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e contas bancárias	1.570	2.211
Aplicações financeiras (*)	<u>400.350</u>	<u>44.849</u>
Total	<u>401.920</u>	<u>47.060</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a Fundos de Investimentos, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,46% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	17.769	20.759
Cupons de pedágio a receber	553	570
Cartões de pedágio a receber	161	84
Receitas acessórias a receber	<u>522</u>	<u>368</u>
Total	<u>19.005</u>	<u>21.781</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2014. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e da parcela de

Notas Explicativas

principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 31 de março de 2014 o valor da aplicação é de R\$5.500 (R\$19.626 em 31 de dezembro de 2013), essas aplicações foram remuneradas em média 93,65% da variação do CDI.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	1.261	1.277
Direito de concessão incorporado (b)	(2.350)	(2.463)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis: (c)		
Provisão para manutenção	68.486	64.865
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	26.228	28.715
Ajuste dos encargos financeiros	(295)	(444)
Base de cálculo	93.330	91.950
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>31.732</u>	<u>31.263</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Notas Explicativas

Ativo Não Circulante

2015 (após março)	6.663
2016	6.891
2017	7.133
2018	7.437
Após 2019	<u>3.608</u>
	<u>31.732</u>

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2014 é como segue:

<u>Custo do imobilizado bruto</u>	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Total
Saldo em 31.12.2013	<u>875</u>	<u>2.911</u>	<u>102</u>	<u>3.888</u>
Adições	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldo em 31.03.2014	<u>876</u>	<u>2.911</u>	<u>102</u>	<u>3.889</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2013	<u>(475)</u>	<u>(2.236)</u>	<u>(102)</u>	<u>(2.813)</u>
Depreciações	<u>(20)</u>	<u>(53)</u>	<u>-</u>	<u>(73)</u>
Saldo em 31.03.2014	<u>(495)</u>	<u>(2.289)</u>	<u>(102)</u>	<u>(2.886)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2013	400	675	-	1.075
Saldo em 31.03.2014	381	622	-	1.003
Taxas de depreciação - %	10	20	20	-

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 31 de março de 2014 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	582.096	40.280	9.474	2.178	-	634.028
Adições	930	-	-	70	-	1.000
Transferências/Reclassificações	(91)	-	-	91	-	-
Alienações/baixas	(1)	-	-	-	-	(1)
Saldo em 31.03.2014	582.934	40.280	9.474	2.339	-	635.027
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(344.175)	(29.580)	(6.890)	(1.232)	-	(381.877)
Amortizações	(8.908)	(444)	(129)	(64)	-	(9.545)
Saldo em 31.03.2014	(353.083)	(30.024)	(7.019)	(1.296)	-	(391.422)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2013	237.921	10.700	2.584	946	-	252.151
Saldo em 31.03.2014	229.851	10.256	2.455	1.043	-	243.605
Taxas anual de amortização	16%	16%	16%	16%	-	-

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Centrovias. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada "Ágio incorporado". Por entender que, na essência, esse montante é relativo a direito de outorga, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para "Direito de outorga incorporado". Esse valor está sendo amortizado com base na curva de tráfego projetada.

Notas Explicativas**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	-	2.463
Passivo não circulante:			
Financiamento de investimentos (BNDES) - automático (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,3% a.a.	-	1.013

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. Com a entrada de recursos da 2ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação deste financiamento.

12. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.03.2014</u>		<u>31.12.2013</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª série (a)	286.131	CDI + 1,7% a.a.	Mar./2015	-	-	67.690	16.847
2ª série (b)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Mar./2017	72.435	80.000	9.460	148.676
2ª emissão(c)	<u>40.000</u>	CDI + 0,99% a.a.	Jun./2018	<u>1.229</u>	<u>400.000</u>	-	-
	<u>446.131</u>			73.664	480.000	77.150	165.523
Custo de transação				<u>(1.014)</u>	<u>(1.510)</u>	<u>(412)</u>	<u>(294)</u>
Total				<u>72.650</u>	<u>478.490</u>	<u>76.738</u>	<u>165.229</u>

- (a) 1ª emissão de debêntures - 1ª série de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2013 de R\$1 (mil Reais) cada uma. Com a entrada dos recursos da 2ª emissão de debêntures, a Sociedade antecipou a quitação das debêntures da 1ª série da 1ª emissão em 28 de março de 2014.
- (b) 1ª emissão de debêntures - 2ª série de 15 de março de 2010 com valor real unitário em 31 de março de 2014 de R\$1 (mil Reais) cada uma.
- (c) 2ª emissão de debêntures emitidas em 20 de março de 2014 com valor real unitário em 31 de março de 2014 de R\$10 (dez mil Reais) cada uma.

Notas Explicativas

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor Subscrito
1ª Emissão -				
1ª Série	15.03.10	286.131	26.04.10	289.313
2ª Série	15.03.10	120.000	27.04.10	121.899
2ª Emissão -	20.03.14	<u>400.000</u>	25.03.14	<u>400.527</u>
		<u>806.131</u>		<u>811.739</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro desde março de 2011, e é amortizada trimestralmente desde 15 de março de 2011.

A remuneração das debêntures da 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga semestralmente com primeiro pagamento em 20 de dezembro de 2014, e os demais pagamentos nos meses de junho e dezembro de cada ano e será amortizada semestralmente a partir de 20 de junho de 2015.

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2015 (após março)	113.897
2016	153.768
2017	153.851
2018	<u>56.974</u>
	<u>478.490</u>

As debêntures da 1ª e 2ª série da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Para a 1ª emissão conforme divulgado na seção "Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública", todas arquivadas na CVM.

Em 31 de março de 2014, as controladas da Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.

Notas Explicativas

2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento ("Sinking Fund"), conforme descrito na nota explicativa nº7.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção "Escrituras e aditamentos de debêntures", arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2014, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em

Notas Explicativas

uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Arteris (b)	12.510	9.840
Contas a receber:		
Arteris	12	12
Autovias	2	3
Fluminense	<u>1</u>	<u>1</u>
	15	16
 <u>Ativo não circulante</u>	 <u>31.03.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Empréstimos:		
Arteris (b)	150.419	149.361
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.03.2014</u>	 <u>31.12.2013</u>
Fornecedores:		
Latina Manutenção (a)	682	724
Latina Sinalização (a)	<u>84</u>	<u>148</u>
	766	872
Contas a pagar:		
Arteris	215	270
Juros sobre capital próprio:		
Arteris	1.534	1.218

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	<u>31.03.2014</u>		<u>31.03.2013</u>	
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receita financeiras</u>
Arteris (b) Latina	-	4.385	-	1.229
Manutenção (a) Latina	2.226	-	3.540	-
Sinalização (a)	<u>264</u>	<u>-</u>	<u>344</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.490</u>	<u>4.385</u>	<u>3.884</u>	<u>1.229</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

(b) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% e 1,70% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2013 e do principal a partir de dezembro de 2015, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
22/08/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	20.000	12.866	12.138
18/09/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	15.000	9.440	8.899
04/12/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	2.000	1.177	1.107
17/12/2008	Dezembro/2015	CDI + 1,037% a.a.	8.000	4.655	4.375
18/04/2013	Abril/2016	CDI + 1,70% a.a.	53.000	4.608	3.255
21/06/2013	Junho/2016	CDI + 1,70% a.a.	<u>30.000</u>	<u>2.183</u>	<u>1.427</u>
Total			<u>128.000</u>	<u>34.929</u>	<u>31.201</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2014, a sociedade reconheceu os montantes de R\$0 (R\$182 em 31 de março de 2013) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como

Notas Explicativas

contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.129 e R\$929.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Imposto de renda	10.005	11.221
Contribuição social	4.040	4.548
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	21	237
Programa de integração social-PIS	198	201
Contribuição para financiamento da seguridade social-COFINS	914	929
Tributos federais retidos	151	180
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.565</u>	<u>1.663</u>
Total	<u>16.894</u>	<u>18.979</u>

Notas Explicativas

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor das Sociedades ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário Estadual de Logística e transportes em 28 de junho de 2012 e será vigente no próximo exercício, sendo aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de março de 2014, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga	11.131	10.802	11.432	11.093
Parcela variável (a)	<u>453</u>	<u>462</u>	<u>453</u>	<u>462</u>
Total	<u>11.584</u>	<u>11.264</u>	<u>11.885</u>	<u>11.555</u>

Notas Explicativas

<u>Não Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Direito de outorga	<u>32.421</u>	<u>33.910</u>	<u>36.814</u>	<u>38.734</u>
Total	<u>32.421</u>	<u>33.910</u>	<u>36.814</u>	<u>38.734</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

- (a) Valor variável correspondente a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Excepcionalmente, nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 01 de julho de 2013, conforme publicação no D.O.E de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2014 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u>	<u>Total</u>
		<u>Não circulante</u>	
Saldo de parcelas	12	38	50

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de março de 2014 ao Poder Concedente foi de R\$4.042 (R\$2.713 de parcela fixa e R\$1.329 de parcela variável).

Em 31 de março de 2014, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2015 (após março)	8.719
2016	11.626
2017	11.626
2018	<u>4.843</u>
	<u>36.814</u>

Notas Explicativas

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2014 são conforme segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2014</u>
Cíveis	273	17	(6)	(1)	283
Trabalhistas	<u>1.004</u>	<u>14</u>	<u>(28)</u>	<u>(12)</u>	<u>978</u>
Total	<u>1.277</u>	<u>31</u>	<u>(34)</u>	<u>(13)</u>	<u>1.261</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais. Tais processos representam os montantes de R\$561 e R\$127, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2014 (R\$548, R\$126 respectivamente em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A contabilização das provisões de manutenção nas rodovias é calculada, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante o período findo em 31 de março de 2014 são conforme seguem:

Notas Explicativas

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> Manutenção em rodovias	<u>Não Circulante</u> Manutenção em rodovias
Saldos em 31.12.2013	20.421	44.444
Adições	-	3.911
Utilizações	(1.146)	-
Ajuste a valor presente	-	856
Transferências	<u>7.002</u>	<u>(7.002)</u>
Saldos em 31.03.2014	<u>26.277</u>	<u>42.209</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2014, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$4.852 (R\$22.260 em 31 de dezembro de 2013).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$104.798, integralizados pelo valor de R\$70.839. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2014 estão demonstrados a seguir:

		<u>31.03.2014</u>	
	Quantidade de ações <u>subscritas</u>	Quantidade de ações <u>integralizadas</u>	<u>Participação -</u> %
Arteris S/A.	101.483.834	68.598.861	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a

Notas Explicativas

TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2014 a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$1.534, líquido de R\$270, referente ao imposto de renda retido na fonte.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita de serviços prestados	87.179	78.833
Receita de serviços de construção	1.000	317
Outras receitas	<u>823</u>	<u>601</u>
	<u>89.002</u>	<u>79.751</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receita bruta	89.002	79.751
ISSQN	(4.394)	(3.965)
PIS	(578)	(522)
COFINS	<u>(2.670)</u>	<u>(2.408)</u>
Receita líquida	<u>81.360</u>	<u>72.856</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Custos:		
Custo de construção	1.000	317
Com pessoal	3.143	2.748
Serviços de terceiros	2.321	2.358
Depreciação / amortização	9.545	8.936
Custos com poder concedente	1.320	2.384
Seguros / garantias	431	531
Conservação	2.757	2.400
Provisão de Manutenção em rodovias	5.784	7.138
Outros	<u>1.243</u>	<u>1.080</u>
Total	<u>27.544</u>	<u>27.892</u>
	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Despesas:		
Com pessoal	1.048	1.001
Serviços de terceiros	521	1.111
Depreciação / amortização	73	111
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(3)	37
Seguros / garantias	2	2
Consumo	304	270
Transportes	114	112
Outros	<u>37</u>	<u>34</u>
Total	<u>2.096</u>	<u>2.678</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	4.385	1.229
Aplicações financeiras	1.862	2.587
Outras receitas	<u>-</u>	<u>38</u>
Total receitas	<u>6.247</u>	<u>3.854</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(9.470)	(9.154)
Atualização monetária do ônus da Concessão	(1.553)	(1.003)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(856)	(779)
Outras despesas	<u>(1.085)</u>	<u>(631)</u>
Total despesas	<u>(12.964)</u>	<u>(11.567)</u>

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	54	313
Juros sobre capital próprio	1.534	1.560

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.997	34.385
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(15.299)	(11.691)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	613	503
Outros ajustes	<u>(45)</u>	<u>(30)</u>
Despesa contabilizada	<u>(14.731)</u>	<u>(11.218)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(15.200)	(12.002)
Diferidos	469	784

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2014, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de março de 2014.

Notas Explicativas

Até a conclusão das informações trimestrais de 31 de março de 2014 a Administração da Sociedade não havia decidido sobre a adoção antecipada desta MP, para o exercício de 2014.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.03.2013</u>
<u>Básico</u>		
Lucro(Prejuízo) líquido do exercício	30.266	23.167
Número de ações durante o ano	<u>68.599</u>	<u>66.545</u>
Lucro(Prejuízo) por ação - básico	<u>0,4412</u>	<u>0,3481</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro(Prejuízo) utilizado na apuração do lucro básico por ação	30.266	23.167
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do Lucro(Prejuízo) diluído por ação	<u>68.599</u>	<u>66.545</u>
Lucro(Prejuízo) por ação - diluído	<u>0,4412</u>	<u>0,3481</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de março de 2014, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.,

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora

Notas Explicativas

tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	401.920	47.060
Aplicações financeiras	5.500	19.626
Contas a receber clientes	19.005	21.781
Partes relacionadas	162.944	159.217
Outras contas a receber	29	28

Notas Explicativas

	<u>31.03.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores	3.674	5.308
Empréstimos e financiamentos	-	3.476
Debêntures	551.140	241.967
Partes relacionadas	2.515	2.360
Credores pela concessão	44.005	45.174
Outras contas a pagar	228	193

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2014, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(- 25%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(+ 50%)</u>
CDI	13,00%	16,25%	9,75%	19,50%
Juros a Incorrer(*)	(55.338)	(67.776)	(42.761)	(80.081)
Receita de aplicações Financeiras	52.772	65.965	39.579	79.158
Receita financeira de mútuo	23.977	29.330	18.605	34.665
IPCA	6,00%	7,50%	4,50%	9,00%
Juros a Incorrer(*)	<u>(21.475)</u>	<u>(24.240)</u>	<u>(18.957)</u>	<u>(26.828)</u>
Juros a incorrer Líquido(*)	<u>(64)</u>	<u>3.279</u>	<u>(3.534)</u>	<u>6.914</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

Notas Explicativas

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., DBtrans S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move+ Meios de Pagamento Ltda. de R\$17.624, R\$3, R\$141 e R\$1 e R\$20.613, R\$14, R\$132e R\$0, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2015</u> (após março)	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>
Debêntures - CDI	13,99	155.861	143.172	130.377	60.455	489.865
Debêntures - IPCA	14,00	100.645	74.665	50.795	-	226.105
Outorga	6,00	<u>8.688</u>	<u>10.238</u>	<u>10.238</u>	<u>14.841</u>	<u>44.005</u>
Total		<u>265.194</u>	<u>228.075</u>	<u>191.410</u>	<u>75.296</u>	<u>759.975</u>

Notas Explicativas

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2014, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
	Riscos	
Todos os riscos:	patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	37.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	122.025

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Centrovias Sistemas Rodoviários S/A.

Itirapina - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S/A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 07 de maio de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1 SP 124504/O-9

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1 SP 139268/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas de ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A Sociedade não possui Conselho Fiscal constituído.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2014.

Itirapina, 7 de maio de 2014.

Diretoria:

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2014.

Itirapina, 7 de maio de 2014.

Diretoria:

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro